



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

JUNHO DE 2023 - EDIÇÃO 103 - WWW.MEF.GOV.MZ



EM FOCO

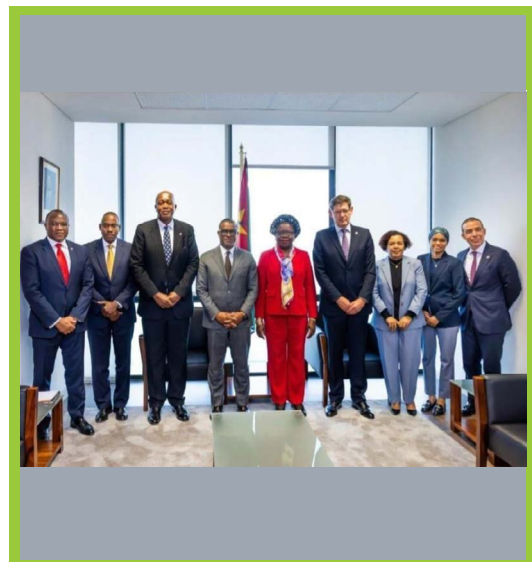
INDÚSTRIA EXTRACTIVA DESEMPENHA PAPEL ESSENCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GLOBAL - MAX TONELA

PAG.3

DESTAQUE

Moçambique realiza
Conferência Anual
dos Presidentes
do Grupo Absa

PAG.5





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Indústria Extractiva Desempenha Papel Essencial no Desenvolvimento da Economia Global - Max Tonela



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, reconheceu, hoje, em Maputo a importância do sector extractivo no desenvolvimento da economia global.

Tonela falava em representação do Primeiro-ministro, na cerimónia de abertura da primeira Conferência Internacional sobre Tributação da Indústria Extractiva, sob o lema “Recursos Minerais Energéticos como Vector para a Sustentabilidade Económica Global”. O evento surge da necessidade de se melhorar o desempenho do País na arrecadação de receitas no sector.

A reunião de dois dias tem, entre outros objectivos, discutir e partilhar experiências internacionais, relativas à gestão de processos para garantir a sustentabilidade energética e económica, bem como o desenvolvimento dos países ricos em recursos minerais e energéticos.

“Todos sabemos do papel essencial que a indústria extractiva desempenha no desenvolvimento da economia global, particularmente, na promoção do emprego, do desenvolvimento tecnológico e na geração de receitas fiscais, fundamentais para impulsionar

infraestruturas e o bem-estar social”, destacou o dirigente acrescentando que, um encontro internacional para discutir a tributação do sector extractivo é importante para garantir uma abordagem justa e equitativa na utilização destes recursos naturais esgotáveis, igualmente, para a promoção da transparência, combate à evasão fiscal, fortalecimento da cooperação entre os países, além de permitir uma abordagem de questões de sustentabilidade e promoção da justiça fiscal.

Para Tonela, Moçambique é um País que dispõe de um elevado potencial de recursos minerais,



incluindo o gás natural que constituem um activo que deve, em primeiro lugar, contribuir para elevar a qualidade de vida de todos os moçambicanos,

Este sector tem uma participação crescente no PIB, prevendo-se que ascenda para 16% do PIB, em 2030 e actualmente contribui para o incremento das exportações do País. Neste contexto, várias medidas de âmbito regulatório têm sido tomadas pelo Governo para remover barreiras ao investimento, assegurar a transparência e garantir um maior contributo do sector para o desenvolvimento do nosso País.

O titular da Economia e Finanças, afirmou igualmente que o estabelecimento da Unidade de Gestão do Processo Kimberley, responsável pela gestão dos procedimentos de segurança, controlo interno, comercialização de metais preciosos e gemas é uma das medidas que o Governo decidiu operacionalizar neste quadro.

Notamos com satisfação que em resultado deste passo registamos um aumento progressivo, ano após ano, dos dados relativos a produção e exportação de ouro e pedras preciosas que contribuem para um incremento de receitas do Estado. Somos um País que tem vindo a implementar, há catorze anos, a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva. Apesar de existirem desafios, pretendemos ir mais longe, garantindo

o reforço da transparência, promovendo o aprimoramento dos instrumentos nacionais de boa governação e o aprofundamento das reformas legais e fiscais para fortalecer a cobrança de impostos.

Max Tonela acredita que o sector da Indústria Extractiva pode e deve contribuir mais para impulsionar o desenvolvimento socio económico de Moçambique pois, ainda existe muito espaço fiscal a ser explorado. No nosso entender a tributação deve ser feita de modo a não sobrecarregar as empresas, mas também garantir que elas assumam a sua responsabilidade no exercício de busca da sustentabilidade e equidade. Neste sentido, esta conferência apresenta-se como uma valiosa oportunidade para que representantes de Governos, de empresas, especialistas e da

sociedade civil, possam, juntos, e de forma franca, debater e encontrar soluções inovadoras sobre os desafios associados a tributação na indústria extractiva, pois, uma tributação responsável é um pilar fundamental para garantir a justiça fiscal e o bem-estar das comunidades, finalizou.

Intervindo na cerimónia, a Presidente da Autoridade Tributária, Amélia Muendane, frisou que a realização da conferência em Maputo, vai permitir que saiam ideias que vão facilitar o Governo no desenho de políticas para melhorar a cobrança de impostos neste sector.

Na conferência participam quadros da Autoridade de Moçambique (AT), representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Universidades nacionais, empresas do sector, peritos nacionais e estrangeiros e organizações da sociedade civil.





Moçambique realiza Conferência Anual dos Presidentes do Grupo Absa



Empenhados na sua missão de ser um actor activo no desenvolvimento da economia moçambicana, os dirigentes do Grupo ABSA foram recebidos, separadamente, pelo Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela e pelo Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela.

Durante a reunião com o Presidente da República de Moçambique, foram abordadas as oportunidades e perspectivas de desenvolvimento sustentável da economia e sociedade moçambicanas.

Por sua vez, no encontro com o Ministro Max Tonela, a Direcção do Grupo Absa teve oportunidade de conhecer a visão do Ministério

sobre a conjuntura económica local, regional e internacional.

Acima de tudo, a liderança do Absa reafirmou a posição do Banco como um parceiro empenhado em trabalhar com o Governo no desenvolvimento económico do país.

A visita ao Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, teve como objetivo avaliar a participação do Absa no sistema financeiro moçambicano, reforçando a aposta do Banco no desenvolvimento e reforço do sistema financeiro moçambicano.

Esta acção demonstra a confiança no mercado moçambicano e a vontade de promover soluções que impulsionem o crescimento do país. Para o CEO do Absa Bank

Moçambique, Pedro Carvalho, a visita permitiu à liderança do Absa compreender ao pormenor o potencial de desenvolvimento do país e reafirmar a estratégia do Banco de continuar a crescer em Moçambique.

O Absa Bank Moçambique, através da sua presença internacional, posiciona-se também como um parceiro fundamental na atracção de investimento estrangeiro para Moçambique, bem como na promoção da actividade comercial além-fronteiras.

Este ponto foi especialmente destacado nas reuniões que os dirigentes do Grupo Absa mantiveram com os quadros superiores de algumas das maiores empresas a operar no país.



Em Conferência de Imprensa

Max Tonela partilha dados sobre o desempenho da economia nos últimos 2 anos e perspectivas de médio prazo



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, destaca que a economia moçambicana manteve, em 2022, a perspectiva de recuperação que foi iniciado depois do fim da pandemia de Covid-19 com um crescimento económico situado nos 4.1%.

Para o titular da economia e finanças no presente ano projectou-se um crescimento na ordem de 5%, tal como está previsto no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado aprovado para 2023 sobre tudo

influenciado, no lado da oferta, pelo desempenho esperado nos sectores da agricultura (devidos a investimentos realizados para provisão de insumos agrícolas melhorados), indústria extractiva (dado ao aumento dos volumes de principais mercadorias produzidas e exportadas por Moçambique), construção e transportes (tendo em conta o papel de Moçambique no fornecimento de serviços aos países do hinterland) e do lado da procura pelas exportações e o investimento dos projectos do gás da área 4.

Quanto à perspectivas de médio e longo prazo, Tonela, frisou que são positivas, tendo igualmente sublinhado que o Governo projectou para 2024_2026 um crescimento médio de 5,4% e o sector de gás natural constitui um dos pilares para o alcance do sucesso. Pois, faz parte do arranque do primeiro projecto de transformação de gás natural da Bacia do Rovuma em gás natural liquefeito, que teve início operacional/comercial em Novembro do ano passado, vai igualmente impulsionar este crescimento.



Taxas de Crescimento Sectoriais (%)	2020	2021	2022	2023	Proj. 2023	2024	2025	2026	2023	2024	2025
	Real	Prov.	Lei	Lei	Projeção			Dif. pp Projeção em relação CFMP 2023-2025			
Agricultura	3.9	3.8	4.6	5.2	4.7	5.7	6.0	6.5	-0.5	-0.3	-1.0
Pescas	-1.0	2.5	1.4	2.5	2.5	2.7	3.0	3.2	0.0	0.0	-0.5
Ind. Extraç. Mineira	-15.4	2.5	10.6	23.1	60.8	18.6	11.5	6.4	37.7	-42.2	-2.6
Indústria Transformadora	-1.3	1.5	-0.1	2.5	1.8	2.2	2.8	3.5	-0.7	-0.6	-0.7
Electricidade, Gás e Água	4.5	0.0	2.8	3.2	3.0	3.5	4.0	4.3	-0.2	0.0	0.0
Construção	-0.7	1.0	0.6	5.0	2.8	3.7	4.2	4.5	-2.2	-2.3	-3.3
Comércio e Serv. Reparação	-2.4	2.2	2.9	2.3	3.4	4.1	4.8	5.0	1.1	1.6	1.3
Hoteis e Restaurantes	-22.1	-4.8	12.8	2.4	3.3	3.6	3.7	3.8	0.9	1.0	0.7
Transportes, Arma. e Infor e	-1.4	0.6	9.4	3.2	3.5	5.5	6.1	7.0	0.3	2.0	1.6
Serviços Financeiros	-0.9	2.0	2.9	3.3	3.5	3.5	4.2	4.5	0.2	0.0	0.0
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	0.9	1.0	1.8	3.7	2.4	3.1	3.5	3.8	-1.3	-0.9	-1.1
Administração Pública	-9.7	1.4	1.9	3.8	2.1	3.0	3.5	4.3	-1.7	-1.0	-1.3
Educação	-1.3	2.6	3.2	3.5	3.4	3.7	4.0	4.2	-0.1	0.0	0.0
Saúde e Acção Social	7.5	8.2	2.1	8.7	2.3	3.0	3.5	3.8	-6.4	-5.9	-5.7
Outros Serviços	2.2	3.1	3.2	3.5	3.3	3.5	3.7	3.7	-0.2	-0.2	0.2
PIB Real	-1.2	2.3	4.1	5.0	7.0	5.5	5.4	5.2	2.0	-2.7	-0.6

No entanto, prevalecem alguns desafios associados a incertezas em relação à evolução do conflito na Ucrânia que tem colocado pressões inflacionárias sobretudo nos preços de cereais, produtos alimentares e de combustíveis, sublinhou o Ministro acrescentando que há também particularidades endógenas pelo facto de o País estar situado numa região muito influenciado pelos impactos negativos de mudanças climáticas que têm trazido de forma sucessiva, ciclones e cheias.

O titular da economia e finanças fez menção aos efeitos dos ciclones que atingiram por duas vezes o país no presente ano provocando desastres humanitários, destruição de bens, de infraestruturas privadas e públicas o que têm criado maior pressão sobre o Orçamento do Estado pois tem de dispor de mais recursos para fazer face a estes desafios, incluindo a situação do terrorismo nos distritos a norte de Cabo Delgado com impactos na destruição de bens e deslocamentos das populações.

Tonela disse igualmente que foi neste quadro que, no I Trimestre de 2022, o Governo concluiu as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para implementar um programa de reformas estruturais visando fortalecer a estabilidade macroeconómica de médio e longo prazo, garantir a melhor gestão de finanças públicas, sustentabilidade da dívida pública, reforço da governança e transparência.

Adicionalmente, em Agosto de 2022 foi lançado o Pacote de Medidas de Aceleração Económicas (PAE) para que sejam implementadas, nos próximos três anos, visando promover aceleração económica e colocar o sector privado no centro de desenvolvimento económico do país.

O PAE abrange as componentes de incentivos fiscais, simplificação de procedimentos, melhoria do ambiente de negócios, aumento da eficácia para o desenvolvimento económico,

prestação de contas e monitoria e fiscalização.

São medidas que tem em vista promover a diversificação das actividades produtivas e ampliar as oportunidades não exploradas que o país oferece.

Para além de medidas fiscais que visam sobretudo ampliar a base tributária e aumentar a capacidade do país poder absorver e monitorar riscos fiscais contempla ainda medidas que visam promover mais investimento nacional e estrangeiro e a melhoria da eficiência de serviços prestados pelo país entre os quais no âmbito do comércio transfronteiriço, promovendo facilitação; remoção de barreiras; redução do tempo em que as transacções ocorrem bem como dos custos associados.

Passados 10 meses desde o lançamento do PAE já é possível notar alguns sinais positivos destas reformas incluindo os que resultam da revisão do regime de vistos para estrangeiros (que abrange 29 países) que visitam o país quer para



efeitos de turismo quer para efeitos de realização de negócios.

Com a introdução da plataforma eletrónica para obtenção de visto já é possível ter visto em 24 horas (sempre num limite máximo estabelecido por norma de 7 dias). Este passo tem já resultado no incremento de número de pessoas que visitam Moçambique; em termos comparativos no I trimestre deste ano o número de visitantes estrangeiros cresceu 34% se comparado ao período homólogo de 2022.

Em relação a simplificação de burocracia, em todo processo de criação e ou alteração das empresas, foram estabelecidas medidas que incluem por exemplo a mera comunicação para empresas que pretendem estabelecer em sectores que não colocam em causa a necessidade do Estado verificar por exemplo aspectos que tem que ver com a saúde pública.

No que se refere aos portos, com a introdução do transhipping, uma medida de visa aumentar o volume de mercadorias em trânsito, melhorando a competitividade dos portos nacionais relativamente aos da região, verificamos o aumento da importância estratégica dos portos da Beira, Maputo e Nacala, acto importante dado ao facto deste sector ter um grande potencial de contribuir cada vez mais para o desenvolvimento do país.

Ainda neste âmbito temos um conjunto de leis já aprovadas: a Lei Cambial que vem facilitar o fluxo de capitais para investimento e redução de barreiras para

repatriamento de capitais (a lei está em processo de regulamentação).

Foi aprovada a nova Lei de Investimento que facilita e simplifica os procedimentos para investimento estrangeiro e nacional para o aumento da capacidade produtiva.

Esperamos para breve a aprovação da proposta de Lei de Trabalho que procura responder aos desafios que são apresentados pelos empreendedores moçambicanos, mas também de investidores estrangeiros.

Olhamos igualmente para os principais constrangimentos que as PME's tem como o acesso e custo de financiamento e sobre isso estamos bem avançados no processo de estabelecimento de um Fundo de Garantias Mutuarias e linha de crédito de um valor total de USD300 milhões para aumentar e facilitar o acesso ao crédito para PME's.

Noconcernenteaoserviçoda dívida pública, referiu que o Governo projecta para o actual exercício fiscal, o pagamento total de USD 1.57 bilhões em serviço de dívida sendo que de Janeiro a esta parte, cerca da metade deste montante já foi pago, correspondente a USD 76.6 milhões.

Tendo em vista a necessidade de assegurar o desenvolvimento inclusivo, o Governo vai aumentar o volume de recursos alocados as comunidades onde ocorre a exploração de recursos da indústria extrativa de 2,75% para 10% (por via da alteração da Lei de Minas e de Petróleo, assegurado em 2022), que deverão ser repartidos entre a comunidade local (2.75) onde o

recurso é explorado e o Governo Provincial (7.25). Foi estabelecido um mecanismo de priorização dos projectos a serem financiados por esses recursos (projectos de desenvolvimento económico e social das comunidades). Foram estabelecidos mecanismos mais robustos de governança, reporte, monitoria e avaliação da aplicação desses recursos.

Está em processo de aprovação a Lei sobre o Fundo Soberano de Moçambique que foi amplamente discutido com a Sociedade Civil, tendo como principal objectivo assegurar que uma parte dos recursos que advém da exploração do Gás Natural sejam poupadas e capitalizados para as gerações futuras. Nestes termos a proposta prevê que, nos primeiros 10 anos, 40% dos recursos sejam transferidos ao Fundo Soberano e 60% sejam transferidos para o Orçamento do Estado.

Os recursos depositados no Fundo Soberano são aplicados para permitir rentabilidade para que Moçambique possa dispor de uma fonte perpetua de recursos para financiar o seu desenvolvimento, uma vez que o gás natural é um recurso esgotável.

Max Tonela finalizou a sua alocução referindo que estas são algumas das medidas que o Governo tem estado a promover para reforçar o quadro fiscal e um desenvolvimento mais célere apostando nas oportunidades que o país oferece e que ainda não estão explorados no seu todo privilegiando sempre a interação permanente com os agentes económicos estabelecidos em Moçambique.



Sobre desastres naturais e segurança alimentar

Carla Louveira fala das Acções e Avanços do MARP nestes domínios



A Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira disse que o País está na linha da frente nas avaliações e apresentação de sucessivos relatórios de progresso e avanços no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP).

Louveira, falava em Maputo, durante o Lançamento da Preparação da Avaliação Temática e Direcção, com foco na capacidade do Estado de fazer face a choques e desastres, em particular nas áreas de desastres naturais e segurança alimentar.

Para a dirigente, a contribuição sábia e valiosa para o

aprofundamento do processo das acções do MARP, pelos Membros do Painel de Personalidades Eminentíssimas, permite de forma participativa e inclusiva, a remoção progressiva dos principais constrangimentos que ainda entram o avanço de cada um dos países participantes neste mecanismo continental.

Ao Secretariado Continental do MARP, pelo inestimável apoio que tem prestado ao nosso País, criando condições para a condução de avaliações e apresentação de sucessivos relatórios de progresso o

que nos posiciona na linha da frente deste processo, vai a nossa gratidão, anotou a Vice-Ministra, congratulando igualmente, ao Fórum Nacional do MARP, pela supervisão dos processos de avaliação garantindo a transparência e necessária integridade do processo, sua divulgação e monitoria da implementação das recomendações inscritas no Programa Nacional de acção do MARP.

Louveira falou da satisfação pelo facto de Moçambique ter sido elegível para a realização da importante avaliação temática



e também pela possibilidade de partilhar entre os Pares as boas práticas que o País tem neste âmbito. Notamos com satisfação, que o MARP abriu o espaço para a participação dos cidadãos moçambicanos; fomentou o diálogo nacional e incrementou a advocacia em volta da boa governação e uma acrescida prestação de serviços, sendo que as contribuições do MARP providenciaram um quadro útil para reformas no nosso país e em África, disse.

Louveira disse também que não obstante os progressos registados, estamos cientes que ainda há muito por fazer para garantir uma cada vez mais apropriação nacional deste Mecanismo em cada um dos nossos países, bem como, uma efectiva implementação das recomendações emanadas das revisões e inscritas nos planos nacionais de acção do MARP. “Como Governo, a nossa presença neste fórum reflecte o nosso compromisso e apoio inequívocos a este mecanismo, que tem sido uma fonte de conhecimento de excelência, onde nos inspiramos para, de forma colectiva aprofundarmos a governação transparente e responsável, bem como, os princípios de cidadania participativa”.

A Vice-Ministra colocou a avaliação temática e direccionada com foco na capacidade do Estado de fazer face a choques e

desastres, em particular nas áreas de desastres naturais e segurança alimentar, é um tema oportuno, na medida em que o nosso País é particularmente vulnerável à desastres naturais de várias ordens derivado da sua localização geográfica. É do nosso conhecimento que um número significativo da nossa população depende da produção agrícola para a sua alimentação e subsistência, sector sensível ao clima. O aumento da frequência e a gravidade das tempestades, secas e inundações tem estado a desafiar os nossos objectivos de desenvolvimento, anotou a dirigente acrescentando que, assim, é nossa expectativa que a avaliação que vamos iniciar hoje permita aferir como melhor coordenar a nossa resposta a eventos climáticos adversos, tanto do lado do Governo, como das organizações da Sociedade Civil e Parceiros de Cooperação.

A terminar, reafirmamos que pretendemos continuar na vanguarda deste importante exercício, de busca de parâmetros de Boa Governação, estabelecidos pela União Africana, desde o início da existência desta organização continental, em 2003. Mantemos a nossa firme determinação, compromisso e apoio total ao MARP.

Por seu turno, o director do Secretariado Continental do MARP, Eddy Maloka, reafirmou o comprometimento do secretariado durante o ano em curso do ensaio da implementação do modelo da avaliação temática e direccionada com foco na capacidade do Estado de fazer face a choques e desastres, de várias ordens. Pretende-se com esta avaliação, extrair lições e desafios nestes domínios, sublinhou.





Na CASP

Carla Louveira fala das Opções de Financiamento para Projectos Industriais e Conexos



A Vice-ministra da Economia e Finanças, considera que a industrialização é um dos vectores principais para impulsionar o crescimento, produtividade e competitividade da economia nacional e por conseguinte o desenvolvimento do país.

Louveira falava em Maputo, durante a XVIII Conferência Anual do Sector Privado (CASP), evento organizado pela Confederação das Associações Económicas (CTA), que se realizou sob o lema "Transformação, Inovação,

Sustentabilidade e Inclusão para a Competitividade Industrial".

Na sua apresentação, a Vice-ministra destacou o valor que existe na diversificação da economia de Moçambique através do desenvolvimento de sectores como agricultura, turismo, pesca e indústria manufactureira.

Estes sectores são fundamentais para catapultar e expandir a nossa economia, atraindo o investimento estrangeiro e melhorando o ambiente

de negócios, bem como o desenvolvimento de infraestruturas, como estradas, portos, aeroportos e energia, factores-chave para incentivar o crescimento do sector industrial em Moçambique, frisou.

Participando do Painel sobre Opções de Financiamento para Projectos Industriais e Conexos, Louveira, falou do Fundo de Garantia Mutuária (FGM), iniciativa que visa fornecer garantias parciais de crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs),



onde a sua estrutura consiste em uma abordagem de carteira de garantias para Instituições Financeiras Parceiras (PFIs) e contragarantias para garantias individuais, com único objetivo que é facilitar o acesso ao financiamento para MPMEs.

O fundo de garantia mutuária permite que as PFIs ofereçam empréstimos com garantia parcial, o que reduz o risco de crédito para as instituições financeiras, disse.

Espera-se que o FGM resulte em maior acesso ao financiamento para as MPMEs no acesso formal ao crédito; Inclusão financeira de, pelo menos, mais 2200 pequenas empresas e 30 médias empresas; Crédito adicional anual de 6,3 mil milhões de MZN (100 milhões de USD), assumindo uma dimensão média de empréstimo de 75.000 de USD e uma média de 3 empréstimos ao longo de 5 anos

por PMEs; Aumento do prazo e dos montantes dos empréstimos para as MPMEs que já efectuam transacções com os bancos.

Carla Louveira falou ainda das opções de financiamento por via do Financiamento Climático, que se subdividem em Fundos Climáticos Internacionais (Fundo de Adaptação; Fundo Global do Ambiente; Fundo Verde para o Clima e Fundo Climático de Investimento) e Mercados de Carbono incluindo REDD+.

Sobre o Fundo Verde para o Clima (GCF), Louveira, disse que o mesmo passou a estar operacional em 2015. O Governo através do MEF em 2017 passou a desempenhar o papel de Autoridade Nacional Designada que Coordena o processo de elaboração, priorização e avaliação de propostas de projectos a serem submetidos ao GCF e serve de interface entre o País e o GCF.

Sobre os créditos de carbono fez saber que podem ser uma fonte de receita para os diversos sectores de actividade económica. Existem três princípios de créditos de carbono: Todos os projetos que reduzem emissões ou removem CO₂ da atmosfera podem, em teoria, receber créditos de carbono; Cada crédito de carbono equivale a uma tonelada de CO₂; Os créditos de carbono podem ser vendidos e, como tal, gerar renda.

A terminar, referiu que o potencial técnico anual para Moçambique é estimado em 80-90 milhões de toneladas CO₂ por ano. (~4% do potencial de África). Se o País desbloquear entre 15-25% do potencial, criará uma oportunidade de produzir entre ~10-25 milhões de créditos de carbono anualmente com um valor de \$200-500 milhões por ano.





Moçambique e Bélgica Assinam novo Programa de Cooperação 2023-2028



A margem da assinatura e lançamento do Programa de Cooperação Bilateral 2023-2028 entre Moçambique e Bélgica, a Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira e a Ministra Belga de Cooperação e Chefe da Delegação, Caroline Gennez, passaram em revista à agenda do estágio de cooperação bilateral entre os 2 Países, com destaque para o apoio que o

Governo do Reino da Bélgica vem disponibilizando nas diferentes áreas de cooperação com destaque para a gestão de Finanças Públicas.

O Programa de Cooperação Bilateral, avaliado em 25 milhões de Euros, incide sobre áreas prioritárias do Programa Quinquenal do Governo (PQG) como energias renováveis, acesso sustentável a água potável, gestão de resíduos e economia circular.

No encontro, Louveira destacou, igualmente, a prontidão e envolvimento do Governo Belga nas acções de cooperação que se estendem para as áreas do Ambiente, Energia, Saúde, Agricultura (segurança alimentar e nutricional), Capacitação Institucional (Fundo de Estudos e Assistência Técnica ao Ministério da Economia e Finanças) e Indústria e Comércio, o que permite



considerar o reino da Bélgica como um parceiro importante no processo de desenvolvimento do país.

Por sua vez, Caroline Gennez realçou que o Programa de Cooperação Bilateral simboliza a robustez de uma parceria contínua na cooperação para o desenvolvimento entre os dois Países, que dura há mais de 20 anos. “Este portfólio específico foi inteiramente formulado para abordar as alterações climáticas e uma transição energética justa no contexto global e moçambicano”, disse.

Na sua intervenção, o Director Nacional Adjunto de Monitoria e Avaliação, Albano Manjate, partilhou o enquadramento institucional e técnico do Programa de Cooperação entre Moçambique e Bélgica, tendo se referido ao facto de o Programa ter como foco as mudanças climáticas. As mudanças climáticas constituem um tema chave para o desenvolvimento do País e o Ministério da Economia e Finanças (MEF) tem o papel de coordenar o desenvolvimento, através do desenho e implementação de políticas e estratégias sectoriais e territoriais, anotou.

Para Manjate, as mudanças climáticas não são apenas um tema ambiental, pois, nos últimos tempos, constituem o principal problema económico que todas as economias têm que abordar, com destaque para o financiamento climático, seu impacto nas Finanças Públicas e na economia, sobretudo em economias vulneráveis como a nossa e as políticas macroeconómicas em particular a política fiscal, que pode contribuir para fazer face às mudanças climáticas, através de estímulos a investimentos verdes.

Albano Manjate reconhece a necessidade de mobilizar o financiamento climático de uma forma mais focada e integrada, o que permite explorar as diversas fontes de financiamento, em particular as fontes inovadoras, como é o caso de créditos de carbono, bem como melhorar o apoio de formulação de políticas, de modo a acautelar os impactos negativos e também explorar as oportunidades trazidas pelas medidas de mitigação das mudanças climáticas adoptadas internacionalmente, tendo o MEF decidido criar uma Unidade de Financiamento Climático.

Trabalho desenvolvido pelo MEF e ENABEL

O MEF através da Direcção Nacional de Monitoria e Avaliação, Ponto focal do Fundo Verde para o Clima (GCF), no âmbito do trabalho com a Agência Belga de Desenvolvimento (ENABEL) mobilizou 1 milhão de dólares do Fundo Verde para o reforço das capacidades e instituições na área de financiamento climático.

O financiamento foi aprovado no passado mês de Março, antes do arranque do actual Programa de Cooperação e os resultados são uma antecipação e indicação clara dos ganhos que o mesmo pode trazer do ponto de vista de mobilização de mais recursos para financiar a acção para o clima.

No novo Programa de Cooperação com a Bélgica destacam-se potenciais pontos de intervenção na área de economia e finanças como a troca de dívida por clima, mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras e mercados de carbono, concluiu o Director.



MEF Capacita Jornalistas sobre Dividendo Demográfico e Instrumentos de Gestão de Finanças Públicas



de finanças públicas (ENDE, CFMP, SNIP e Ciclo de Planificação).

Os jornalistas da imprensa escrita e electrónica desempenham um papel crucial na aceleração da agenda do dividendo demográfico por várias razões, têm o poder de aumentar a consciencialização sobre a dinâmica populacional, o dividendo demográfico e os seus potenciais benefícios.

Podem influenciar o público, os decisores políticos e as principais partes interessadas sobre a importância de investir nos jovens, especialmente nos países em desenvolvimento.

Através das suas reportagens, os jornalistas podem destacar histórias de sucesso, partilhar dados e estatísticas e lançar luz sobre os desafios e oportunidades relacionados com o dividendo demográfico.

Sobre o Dividendo Demográfico, ficou patente a finalidade da Política da População tendo sido sublinhado que há necessidade de desenhar-se a inter-relação entre

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) capacita Jornalistas sobre “Dividendo Demográfico, Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e instrumentos de gestão de finanças públicas”.

Na sessão de abertura do encontro, o Director do Gabinete de Comunicação e Imagem do MEF, Alfredo Mutombene sublinhou ser fundamental que os jornalistas sejam actualizados sobre os temas propostos para a capacitação. O seminário foi

concebido para jornalistas que trabalham em diferentes meios de comunicação impressos, televisivos e online. O MEF viu a necessidade de partilhar estas informações com os jornalistas pois, vocês terão a responsabilidade de fazer a expansão ao nível dos órgãos de comunicação onde estão afectos, disse.

A formação tinha como objectivos melhorar os conhecimentos e as competências dos jornalistas na reportagem e análise de questões relacionadas com a dinâmica populacional, dividendo demográfico, Agenda 2030, e os instrumentos de gestão



factores demográficos, por um lado, e variáveis de desenvolvimento, por outro, com o objectivo de reduzir a lacuna entre o alto crescimento populacional e a baixa produtividade económica, acelerar o processo de desenvolvimento económico e social por meio de programas holísticos de desenvolvimento integrado, influenciar os determinantes das variáveis demográficas, de modo a que a tendência e dinâmica da população contribuam para um crescimento económico harmonioso e uma melhoria crescente da qualidade de vida e bem-estar da população moçambicana e elevar o status económico das mulheres e melhorar significativamente a situação social e económica dos grupos vulneráveis, entre outros.

As questões sobre dividendo demográfico tem relação directa com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável que foram domesticados e integrados ao nível do Subsistema de Planificação e Orçamento. Neste quesito, os Jornalistas tiveram a oportunidade de se informar sobre o processo de planificação e orçamentação que inicia

com a elaboração do Cenário Fiscal de Medio Prazo.

O CFMP apresenta a visão de médio prazo da política fiscal com base nas perspectivas do quadro macroeconómico e fiscal, e indica a estratégia fiscal no próximo triénio, na qual destaca, primeiro, as grandes linhas da política e da estratégia do governo, que serão detalhadas e operacionalizadas pelo PESOE; e segundo, as mudanças estruturais no âmbito da priorização das despesas e do grau de previsibilidade dos recursos, contribuindo para uma planificação estratégica, coerente e compatível com os recursos disponíveis tendo em conta

a conjuntura económica e os aspectos estruturais.

Foram ainda apresentados aos jornalistas as Metodologias e Orientações para elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado e o Ciclo de Planificação e Orçamentação.

No fim, os Jornalistas ampliaram os seus conhecimentos sobre os instrumentos de gestão de finanças públicas para melhor reportar em torno das questões sociais e económicas do país e sobre o dividendo demográfico e recomendaram ao MEF a institucionalizar as capacitações de modo a que os media possam acompanhar melhor as reformas públicas em curso.





Sobre Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo no Sector Financeiro

ISSM e BM Juntam Sinergias para Prevenção e Combate ao Crime



no 53/2019, de 13 de Junho, que ajusta as atribuições, gestão, regime orçamental e tutelar, organização e funcionamento do ISSM, IP, e revoga o Decreto nr 45/2016, de 12 de Outubro.

Com a assinatura do Memorando, o ISSM, IP e o BM, reforçam a cooperação na supervisão de instituições financeiras bancária e de seguros, com o intuito de melhorar a sua actuação face às ameaças de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, promovendo, desta forma, a estabilidade e a integridade do sistema financeiro no País.

Na ocasião, a PCA do ISSM, IP, Ester dos Santos José, referiu que, a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo é área que o instituto definiu como uma de suas prioridades a curto e médio prazos. Que, no âmbito dos esforços do Governo no mesmo domínio, foi aprovada recentemente pelo Conselho de Ministros, o Decreto que revê pontualmente o Regulamento

O Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, IP (ISSM, IP), e o Banco de Moçambique (BM), assinaram, no dia 28 de Abril de 2023, um Memorando de Entendimento em Matéria de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa, no âmbito do dever de cooperação e partilha de informação entre as autoridades de supervisão previsto na Lei no 11/2022, de 7 de julho, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento

do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

O documento foi rubricado pela Presidente do Conselho de Administração do ISSM, IP, Ester Dos Santos José, e Administradora do BM, Benedita Guimino, numa cerimónia onde participaram os Administradores, Directores e quadros das duas instituições.

Da parte do Instituto, Isaac Chiau, Administrador Executivo, foi, igualmente, um dos signatários do Memorando, no cumprimento do disposto no no 1, do artigo 20, do Decreto



sistema financeiro, na detecção e monitoria de operações suspeitas. Do mesmo modo, concorrerá para melhorar a resposta aos desafios actuais sobre a matéria, assim como a implementação do plano de acções para a remoção de Moçambique da “Lista Cinzenta” do Grupo de Acção Financeira”, elucidou a Administradora.

A cooperação das duas instituições vai mais além, tendo, o ISSM, IP, aderido ao bank supervision application, abreviadamente BSA, uma solução de software de supervisão bancária robusta, segura e estável, já customizada para o sector de seguros, sob gestão do banco de moçambique, e usada por diversos bancos centrais da África Austral e outros, incluindo o próprio Banco de Moçambique.

Importa realçar, que, igualmente, o ISSM, IP assinou, recentemente, com o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique, um Protocolo que estabelece a cooperação e interacção para a troca de informações e investigação em matéria de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Crimes Conexos, nos termos fixados na Lei.

das Condições de Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e da Respectiva Mediação, aprovado pelo Decreto no 30/2011, de 11 de Agosto, e o Decreto que revê pontualmente o Regulamento de Constituição e Gestão de Fundos de Pensões, no âmbito da Segurança Social Complementar, aprovado pelo Decreto no 25/2009, de 17 de Agosto.

Por seu turno, a Administradora do BM, Benedita Guimino, disse que Memorando de Entendimento vai permitir

a partilha de informação e consulta mútua, a troca de experiências e realização de acções conjuntas, bem como a assistência e o apoio técnico entre ambas as instituições.

“Estamos confiantes de que este acto, enquadra-se na implementação da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa 2023-2027, contribuirá para o reforço da nossa actuação, como reguladores e supervisores do

FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
CINE Grupo

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Luís Tobela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Sofrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Evinilde Fernanda (Provincia de Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARF), Ussene Bay (Gaza), Naftal e Zandamela (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), Augusto Salvador e A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz